

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Para Stedile, do MST, protestos no país podem voltar "mais radicais". Eduardo Scolese – Folha de São Paulo, Poder. 01/07/2013.....	3
Potencial do mercado doméstico anima as empresas de orgânicos. Bettina Barros – Valor Econômico, Empresas. 02/07/2013.....	5
Caminhoneiros prometem protestos em estradas até quinta-feira – Folha de São Paulo, Cotidiano. 02/07/2013	7
Análise: Dependência rodoviária causa problemas em série para o país. Maurício Lima – Folha de São Paulo, Cotidiano. 03/07/2013	8
Vendas de máquinas agrícolas fecham o primeiro semestre com forte alta. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 03/07/2013	9
Montadoras apresentarão ao governo novo projeto para carros verdes. Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo, Mercado. 04/07/2013	9
Dilma tenta reconstruir elo com os movimentos sociais. Ricardo Mendonça – Folha de São Paulo, Poder. 08/07/2013	10
Importação brasileira de fertilizante dispara. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 17/07/2013	12
Ricardo Mendonça: Reaproximação – Folha de São Paulo, Opinião. 20/07/2013	13
Pragas 'importadas' ameaçam lavouras. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2013	14

Para Stedile, do MST, protestos no país podem voltar "mais radicais". Eduardo Scolese – Folha de São Paulo, Poder. 01/07/2013

O economista João Pedro Stedile, 59, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), afirma que é preciso aproveitar a onda de protestos para criar novos mecanismos de participação popular nos destinos do país.

Caso contrário, diz, "as mobilizações voltarão com mais força e mais radicais".

Segundo ele, a rejeição dos jovens manifestantes aos partidos é normal. "Qualquer pessoa que assiste todos os dias a forma como agem os partidos fica indignada."

A seguir, trechos da entrevista, feita por e-mail, a pedido do líder dos sem-terra.

Folha - Que balanço o sr. faz das manifestações?

João Pedro Stedile - Foram muito positivas, porque trouxeram a juventude de volta às ruas. Estão oxigenando a política, inclusive, nos salões palacianos e no Congresso. No início, foram motivadas pela indignação de uma parcela da juventude e pela esperteza do Movimento Passe Livre, que se aproveitou desse sentimento para mobilizar. Teve a contribuição da visão medíocre do governo Alckmin, que, acostumado a baixar o pau na população, como fez em outros despejos, conseguiu jogar gasolina nos protestos.

Elas são um divisor de águas? O que muda a partir de agora?

Desde as "Diretas-Já", não tínhamos mobilizações tão expressivas e em todo país. Por isso, elas são de fato uma retomada das ruas como espaço de fazer política. No entanto, o que vai acontecer daqui para diante ainda está em disputa. A direita quer apenas pautar temas atrasados ou de pouca relevância, para que não tenha mudança nenhuma e para apenas desgastar o governo Dilma e colher os frutos na eleição de 2014. De parte da classe trabalhadora, há necessidade dela também vir para a rua e colocar em pauta as reformas econômicas e políticas, que os governos Lula e Dilma não tiveram capacidade de fazer pelas alianças partidárias esdrúxulas dentro de um sistema político que precisa de uma profunda reforma.

Quais atores ganham e quais perdem com esses protestos?

Quem perdeu foram aqueles que fazem política tradicional, conservadora, reacionária, de tudo ser no toma lá, dá cá. A Rede Globo, que se achava toda poderosa, perdeu, porque a única palavra de ordem que unificou a juventude em todo país foi "fora, Rede Globo", uma vez que a juventude tem se informado pela internet e pelas redes sociais, não dando bola para televisão. Quem ganhou foi a juventude e o povo brasileiro. Tomara que o governo Dilma acorde e se sintonize cada vez mais com os interesses da população.

Como interpreta os protestos que terminaram em violência?

Ninguém de sã consciência vai para uma passeata para ter violência. Esses episódios sempre ocorrem com a conjugação de vários fatores. Primeiro, o despreparo da Polícia Militar, que sempre trata o povo como inimigo, apesar de cada um dos soldados ser gente do povo. Onde houve diálogo da PM com os manifestantes não houve violência. Segundo, houve grupos fascistas, em especial em São Paulo e no Rio, que planejaram e foram para as passeatas para gerar caos e pânico.

O sr. acredita que, em meio ao quebra-quebra, exista o ingrediente da revolta da população mais excluída, e não ações de vândalos simplesmente? Não acredito que a população indignada use a violência. O povo gosta de xingar, dizer nome feio, mas é contra o uso de violência, de quebra-quebra e saques. Nessas situações, o povo respeita o patrimônio público.

Como o sr. avalia essa rejeição aos partidos em meio aos protestos? É uma rejeição "a" partidos ou especificamente a "esses" atuais partidos?

Essa juventude nasceu durante a implementação do neoliberalismo, na década de 90, e rejeita a forma de fazer política a partir desse período. Ela não é apolítica nem contra a organização partidária. Mas qualquer pessoa que assiste todos os dias a forma como agem os partidos fica indignada com a submissão às grandes empresas, as trocas de votos por emendas, as disputas por cargos, as disputas internas nos partidos. Precisamos urgentemente mudar a forma de fazer política no Brasil e enterrar essas práticas. Por isso, a reforma política é fundamental. É fundamental, em meio a essas mobilizações, criar novos mecanismos de participação popular nos destinos do país. Se não houver mudanças nesse sentido, tenho certeza que as mobilizações voltarão com mais força e mais radicais.

Movimentos sociais, indígenas e sindicatos têm reclamado da falta de diálogo com o governo Dilma. O governo tem falhado? Por quê?

O governo Dilma é um governo de composição de classes. Infelizmente, no último período, o governo tem priorizado apenas os interesses da burguesia e relativizado os interesses da classe trabalhadora. Basta ver a pauta que o governo prioriza. De um lado, propõe leilões de petróleo, liberação de outorgas de mineração para o grande capital, terceirização dos direitos trabalhistas, dinheiro do BNDES para grandes empresas. Para a classe trabalhadora: pão e água. A reforma agrária está paralisada, a legalização das áreas indígenas e quilombolas está paralisada e, em alguns casos, essas disputas são tratadas com repressão, como a Polícia Federal fez em Mato Grosso do Sul. É claro que, uma hora dessas, essa contradição de classes estoura no governo ou nas ruas.

Esse diálogo piorou em relação ao governo Lula?

Não é uma questão de diálogo. Diálogo você pode ter o tempo inteiro. O problema é a disputa de interesses de classe e força de cada classe para pressionar o governo. Até agora, os empresários tinham mais força no governo. Agora, espero que a voz das ruas

represente uma força popular que faça o governo implementar políticas a favor da classe trabalhadora.

O MST defende o "volta Lula"?

O governos são apenas espelho da correlação de forças na sociedade. Nós defendemos um projeto popular para o país. O que o Brasil precisa é debater na sociedade um projeto que represente a soberania nacional e popular para resolver os problemas do povo. Não podemos mais aceitar um país rico, que é a sétima economia do mundo, com tanta desigualdade social. Com salários tão baixos, sem democratizar a terra e os meios de comunicação. O povo vive em moradias com condições ruins, gasta 40% da renda com aluguel, não têm transporte público de qualidade, não tem atendimento de saúde, padece nas filas do SUS e os filhos não aprendem nas escolas públicas. Enquanto isso, o capital estrangeiro vem aqui explorar o nosso petróleo, nossos minérios, nosso etanol e nossa agricultura, aliados com uma burguesia brasileira submissa, que nunca pensou o Brasil como nação.

As cidades estão fervendo e o campo parece adormecido, com exceção dos indígenas. Quais as razões para isso?

Nas grandes cidades, há uma crise urbana instalada pela especulação imobiliária que elevou em 150% os preços dos imóveis e terrenos nos últimos três anos. Não há transporte público de qualidade e falta atendimento de saúde e educação. Há uma grande aglomeração de pessoas nesse inferno do cotidiano, então a juventude resolveu enfrentar e dar um tapa no diabo. Mas a classe trabalhadora ainda não se mexeu. Já no campo, estamos ainda sofrendo o refluxo do movimento de massas, que vem desde 2005, pela hegemonia do capital, que tomou conta da agricultura e impôs o modelo do agronegócio. Mas suas contradições e consequências começam a aparecer. Ou seja, a concentração da propriedade da terra, das usinas, da produção em apenas três produtos (soja, cana e gado) começa a aparecer. Logo outros setores da população do campo começarão a se mexer.

Como economista, como vê as recentes ações do governo diante de inflação pressionada e PIB estagnado?

O que está acontecendo é resultado de uma economia cada vez mais dependente do capital internacional. O Brasil está cada vez mais refém das políticas dos governos centrais e da ação do capital internacional sobre a economia. Por outro lado, o governo federal com sua composição de classes não tem forças e unidade suficiente para implementar políticas econômicas nacionalistas, que protejam nosso trabalho e nossa riqueza, porque também não tem um projeto claro de país.

Potencial do mercado doméstico anima as empresas de orgânicos. Bettina Barros – Valor Econômico, Empresas. 02/07/2013

O mercado de orgânicos no Brasil continua pequeno, com problemas de estruturação da

cadeia e pouca profissionalização, além de preços ainda considerados altos. Mas a demanda do mercado interno - sobretudo seu potencial - continua a encorajar a produção no país, que culminou com a movimentação de quase R\$ 1,5 bilhão em 2012, sendo um terço desse valor atribuído a vendas ao exterior.

Indicadores da aposta no segmento - mesmo em tempos de exportações retraídas por conta da crise europeia - são a sofisticação do portfólio de produtos, que avançou para além das matérias-primas e ganhou valor agregado, e o aumento do número de empresas que passou a centrar o foco no mercado de alimentos saudáveis.

Uma das maiores do ramo, com faturamento de quase R\$ 100 milhões em 2012, a Jasmine pretende incluir até setembro dez novos itens à sua carteira de orgânicos, hoje composta por 33. Os lançamentos contemplam uma linha de alimentos infantis e outra de funcionais, como farinha de chia e amaranto. Há quase um ano, a empresa se lançou no crescente mercado de leites vegetais - à base de aveia, de arroz e de aveia com amêndoas, recomendados a quem tem alergia alimentar.

"O mercado de orgânicos sempre tem crescimento devido à base pequena de comparação. O Brasil ainda é [um mercado] subdesenvolvido nesse sentido", diz Damian Allain, diretor de mercado da Jasmine.

Segundo o executivo, a recente expansão da demanda brasileira por orgânicos, resultante do aumento do poder aquisitivo da população nos últimos anos, alavancou as vendas a ponto de elas se tornarem de fato um negócio. "Até pouco tempo atrás, o setor era mais um investimento que um negócio para a companhia. Hoje ele já representa 20% do nosso faturamento". Com 23 anos, a Jasmine tem como alvo o mercado interno. Suas exportações, inferiores a 5% do faturamento, limitam-se aos países da América do Sul.

Outros nomes clássicos no ramo, como o Takaoka, também expandem a oferta com novas variedades de verduras e legumes. Conhecida por seu frango sem antibiótico, orgânico e criado livremente, a Korin entrou nos segmentos orgânicos de massa e de funghi desidratado, que se somam a café, mel, ovos e hortaliças. A empresa de origem japonesa, ligada à Igreja Messiânica, está iniciando também um sistema de franquias para expandir as vendas além do grande varejo.

"A expectativa é que até o ano que vem a produção orgânica no Brasil possa atingir faturamento de R\$ 2 bilhões. Essa é uma tendência que já havíamos identificado na medida em que o processo regulatório se consolida. Nos mercados dos EUA, da Ásia e da Europa houve esse processo, e com a globalização, chegou ao Brasil", diz Ming Liu, coordenador executivo de projetos do IPD Orgânicos,.

Mas não são só os mais experientes que ampliam negócios. A aparição de novatas no ramo chama a atenção, por já chegarem com produtos mais elaborados. É o caso da brasileira Mama Gê, estreante na Biofach América Latina, maior feira de orgânicos do país, encerrada domingo em São Paulo.

Com apenas um ano de mercado, a empresa apresentou uma linha sofisticada de atomatados, nas versões pura, com manjeriço e berinjela, molho de tangerina e farofa de maracujá orgânicos. "Passamos quatro anos vendendo tomates in natura. Hoje temos 12 produtos. E vamos lançar a farinha de berinjela", diz a diretora comercial Rita de Cássia Sálvio.

A panificadora mineira Emporium Vida, focada em produtos orgânicos, integrais e veganos, construiu em 2012 uma nova fábrica em São Lourenço de olho no mercado gourmet. "Mais que dobramos a capacidade de produção para ir além de São Paulo e Rio. E quando finalmente a fábrica ficou pronta percebemos que já estava pequena", diz Claudia Bringel, sócia da empresa.

Caminhoneiros prometem protestos em estradas até quinta-feira – Folha de São Paulo, Cotidiano. 02/07/2013

DE BRASÍLIA

DE SÃO PAULO

O líder da paralisação dos caminhoneiros, Nélio Botelho, afirmou que os protestos serão mantidos nas estradas brasileiras até as 6h de quinta-feira, conforme previsto na convocação da categoria.

Mas a orientação, de acordo com ele, é para que não ocorra interdição de pistas.

Segundo Botelho, que está à frente do MUBC (Movimento União Brasil Caminhoneiro), a intenção é fazer um ato "pacífico".

Ontem, rodovias foram fechadas pelos caminhoneiros, mesmo após o governo ter obtido na Justiça Federal uma liminar proibindo bloqueios.

A decisão judicial prevê que Botelho e o MUBC fiquem sujeitos a multa de R\$ 10 mil por hora de via bloqueada.

"Tivemos a adesão de 90% dos caminhoneiros", afirmou o líder. Hoje, ele terá reunião na Casa Civil da Presidência para tratar do movimento.

LEI DO DESCANSO

O protesto, que ganhou força com a onda de manifestações realizadas pelo país, ocorre também em meio a pressões de empresários do agronegócio e do setor de bebidas pela flexibilização da Lei do Descanso, aprovada no ano passado.

Parte do setor de transporte, incluindo caminhoneiros, é contra mudanças propostas por comissão da Câmara dos Deputados para reduzir as restrições para que os caminhoneiros cumpram longas jornadas sem descanso.

O MUBC, assim como representantes de pequenas empresas de transporte e grandes companhias de cargas, quer mudar a lei para reduzir o horário de descanso dos caminhoneiros.

Outra entidade ligada aos autônomos, a Unicam (União Nacional dos Caminhoneiros), é contrária à mudança e criticou a paralisação, acusando Botelho de trabalhar pelos interesses de grandes empresários do setor de agronegócio.

A Unicam se alinha a sindicatos dos trabalhadores de transporte (que representam os caminhoneiros empregados) e aos sindicatos de empresas de transporte (que representam grandes companhias do setor), também contrários às mudanças na lei.

Análise: Dependência rodoviária causa problemas em série para o país. Maurício Lima – Folha de São Paulo, Cotidiano. 03/07/2013

Embora o governo anuncie mais investimentos em outros sistemas de transporte, o rodoviário ainda é responsável por 66% da carga movimentada no Brasil. Aliás, cresceu um ponto percentual de 2006 para cá.

Usa-se demais as rodovias -até mesmo em situações nas quais ela é pouco competitiva. O caso clássico é o agronegócio. No Brasil, mais de 53% dos grãos são transportados em estradas. Nos EUA, 60% da produção vai por hidrovias até os portos.

A diferença permite aos norte-americanos gastarem US\$ 25 (cerca de R\$ 56) por tonelada para levar soja ao porto de Nova Orleans. Aqui, gasta-se quase seis vezes isso: US\$ 145 (R\$ 326) para transportar uma tonelada de soja por caminhão do Centro-Oeste a Santos.

A carência de infraestrutura inibe o investimento do setor produtivo, pois os empresários veem na dependência das rodovias um risco para o negócio.

Outro fator sob questionamento é a nova lei dos motoristas (12.619, de 2012), sobre segurança e direitos dos trabalhadores.

Isso porque a nova lei acaba incentivando o trabalho autônomo em detrimento do celetista, podendo aumentar o risco trabalhista e prejudicar a produtividade da frota.

Assim, algumas propostas de mudança continuam como um ponto pendente.

Caso o Brasil consiga melhorar a infraestrutura, aumentando a participação de ferrovias, dutos e hidrovias para padrões parecidos com os de outros países de dimensão continental, poderíamos economizar quase R\$ 90 bilhões por ano em transporte.

Entretanto, para isso, seriam necessários investimentos anuais de R\$ 100 bilhões, muito acima dos R\$ 13 bilhões planejados pelo governo para este ano (e mais ainda dos R\$ 3 bilhões realmente gastos no primeiro semestre).

Ainda que o investimento privado neste ano deva ser superior aos R\$ 12 bilhões do ano passado, no total, ainda estaremos muito longe de atender à nossa necessidade.

MAURÍCIO LIMA, 37, é engenheiro de produção e diretor do Instituto Ilos

Vendas de máquinas agrícolas fecham o primeiro semestre com forte alta. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 03/07/2013

As vendas de máquinas agrícolas no país acompanharam o ritmo da safra recorde de grãos no primeiro semestre deste ano.

As indústrias do setor enviaram ao atacado 32.550 tratores no período, crescimento de 27% em relação ao mesmo intervalo de 2012, segundo estimativas do mercado.

O aumento nas vendas de colheitadeiras foi ainda mais significativo, de 69% na mesma comparação, com 3.929 unidades comercializadas entre janeiro e junho de 2013.

As vendas, que haviam perdido força em maio, voltaram com força em junho. No mês passado, 504 colheitadeiras foram colocadas nas revendas -o dobro do registrado em junho de 2012.

A quantidade de tratores enviada às lojas, por sua vez, aumentou 27% em junho, para 6.029 unidades.

Os números indicam um desempenho recorde para a primeira metade do ano. Em 2010, considerado um dos melhores anos da história para o setor, as vendas de máquinas agrícolas somaram cerca de 35 mil unidades no primeiro semestre. Neste ano, segundo os dados preliminares, elas superaram 36 mil.

Em 2012, quando a comercialização bateu recorde anual, o resultado foi prejudicado nos primeiros meses do ano pela seca, que afetou a produção e a rentabilidade dos agricultores principalmente na região Sul do país.

Neste ano, porém, a supersafra de soja e os seus bons preços -ainda influenciados pelos baixos estoques -estimularam as vendas.

O bom desempenho do setor ajudou, inclusive, no modesto crescimento da economia. A alta nos investimentos, no primeiro trimestre, foi impulsionada pela comercialização de máquinas.

Montadoras apresentarão ao governo novo projeto para carros verdes. Gabriel Baldocchi – Folha de São Paulo, Mercado. 04/07/2013

As fabricantes de veículos no Brasil chegaram a um consenso sobre as políticas necessárias para viabilizar a comercialização de carros híbridos e elétricos no país e entregarão amanhã ao governo um projeto com as principais propostas.

O texto envolverá seis tipos de tecnologia diferentes, segundo adiantou o presidente da Anfavea (associação das montadoras), Luiz Moan. Além dos veículos puramente elétricos e híbridos, a indústria trabalha com outras opções, como o híbrido plug-in, que também pode ser carregado na tomada.

A indústria tenta há anos conseguir a criação de medidas que ajudem a impulsionar as tecnologias alternativas para os veículos no Brasil. A principal batalha é para que o governo adote uma tributação mais favorável que possa reduzir os preços dos modelos verdes.

Os modelos híbridos são tributados hoje como os carros comuns, ou seja, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) varia de acordo com a potência. As marcas vinham cobrando até hoje uma alíquota diferenciada para a categoria.

Já os elétricos, como não tem classificação específica, pagam a alíquota de 25% de IPI, percentual considerado proibitivo pelas marcas.

O governo deu um sinal positivo para as empresas que possuem os veículos com tecnologias verdes neste ano. Incluiu os modelos no novo regime automotivo (Inovar-Auto) como forma de incentivar o uso deles para alcançar as metas de eficiência energética previstas na política industrial.

Para conseguir se livrar de um adicional de IPI de 30 pontos percentuais, as empresas habilitadas no Inovar-Auto se comprometem a alcançar, entre outras exigências, uma melhora no consumo de ao menos 12%.

ETANOL

Como parte do consenso obtido pela entidade, as montadoras também sinalizarão amanhã a intenção de que o Brasil também aprofunde pesquisas para incluir o etanol de cana-de-açúcar em veículos de célula de combustível.

"O Brasil precisa começar a investir na possibilidade de o veículo movido a célula de combustível seja abastecido a etanol", afirma Moan.

Dilma tenta reconstruir elo com os movimentos sociais. Ricardo Mendonça – Folha de São Paulo, Poder. 08/07/2013

Os protestos pelo país não provocaram impacto só na popularidade da presidente Dilma Rousseff. Sua agenda também sofreu uma guinada. Nos últimos dias, ela passou a receber representantes de movimentos sociais que esperavam por uma audiência desde sua posse, em janeiro 2011.

Na lista dos que foram ou serão recebidos estão organizações recentes, como o MPL (Movimento Passe Livre), mas principalmente militantes com relações antigas e desgastadas com o PT, como gays, indígenas, camponeses, feministas e ativistas digitais.

A nova postura já rendeu as primeiras fotos para Dilma e gerou algum noticiário positivo. O histórico de desgastes com vários desses movimentos, porém, sugere que a reaproximação não deverá ser fácil. A lista de embates, reclamações e divergências em políticas públicas é extensa.

Um exemplo é o que ocorre com militantes da luta antimanicomial, setor historicamente ligado ao PT, e ativistas que pedem revisão da política de combate às drogas.

O alvo do segmento é a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), a quem atribuem a responsabilidade pela adoção de uma política muito conservadora, em diversos aspectos contrária ao que era defendido por petistas no passado.

Esses grupos discordam de dois dos pilares do plano do governo de combate ao crack: as internações compulsórias de dependentes e os repasses de recursos para comunidades terapêuticas religiosas.

Dois eventos são citados como marcos do distanciamento. O primeiro foi o convite que Gleisi fez à psicóloga evangélica Marisa Lobo para o lançamento do programa. Tida como inimiga dos ativistas, Lobo é a formuladora do projeto que permitia a oferta de tratamento para homossexuais, ideia apelidada de "cura gay" derrubada na Câmara.

O segundo foi um e-mail repassado por Gleisi para o ministro Alexandre Padilha (Saúde) pedindo a "flexibilização" na contratação das entidades religiosas, segmento para o qual o governo reservou R\$ 100 milhões. A troca de mensagens, que começa com uma cobrança do líder de uma dessas comunidades, foi revelada pelo o jornal "Correio Braziliense" em 2012.

DECEPÇÃO

Entre os gays, os eventos que causaram maior aborrecimento foram os recolhimentos de materiais de orientação após pressão de evangélicos.

O caso mais conhecido foi o do kit de combate à homofobia vetado no Ministério da Educação quando a pasta era dirigida por Fernando Haddad, hoje prefeito de São Paulo. O mais recente foi o do cartaz "Eu sou feliz sendo prostituta", vetado por Padilha.

Ativistas reclamam por mais empenho do governo na aprovação do PL 122, o projeto de lei que criminaliza a homofobia e sofre forte oposição de líderes evangélicos.

Recém-recebido por Dilma, o ativista Toni Reis diz que a presidente se comprometeu "explicitamente" com o combate a todo tipo de discriminação: "Até então, as relações com ela estavam bem nebulosas, para dizer o mínimo".

Um dos setores com relações mais desgastadas com o governo e o PT é o que reúne indígenas e ambientalistas.

Além de apontarem queda no ritmo de demarcações e congelamento na criação de parques, acusam o governo de falta de diálogo no processo de instalação de hidrelétricas

na Amazônia, reclamam da proximidade com ruralistas e fazem críticas à atuação fracassada do governo no combate ao projeto do novo Código Florestal.

A iniciativa recente de reformular os procedimentos para demarcação de terras indígenas é o capítulo mais recente das contrariedades.

O azedume foi sintetizado pelo filósofo Egydio Schwade, do Amazonas, teólogo com décadas de história na sigla: "O PT no poder parece que esqueceu toda a trajetória, as pessoas e a causa que o construíram", escreveu num artigo replicado entre ambientalistas na internet. "É humilhante ver uma ministra do nosso governo [Gleisi] propor a revisão de terras indígenas".

O governo quer mudar o processo de demarcação de áreas indígenas para incluir órgãos como o Ministério da Agricultura nas decisões, hoje concentradas na Funai. Os indigenistas temem que isso dê mais força ao agronegócio, que vê nas terras indígenas uma ameaça à sua expansão.

Importação brasileira de fertilizante dispara. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 17/07/2013

A forte demanda doméstica por fertilizantes para o plantio da safra de inverno de milho da temporada 2012/13 e para a próxima safra de grãos de verão (2013/14) motivou um crescimento de 23% das importações brasileiras de adubos intermediários no primeiro semestre do ano. Com isso, essas importações equivaleram a 79,7% do volume de vendas de produtos finais no período, participação menor apenas que a verificada entre janeiro e junho de 2011 e muito maior que a média histórica de 65% a 70%.

De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), mesmo com uma queda de 1,5% em junho em relação ao mesmo mês de 2012, as importações de fertilizantes intermediários totalizaram 9,679 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano. O porto de Paranaguá, no Paraná, foi responsável pelo recebimento de 43,5% desse total.

Conforme a Anda, as entregas de fertilizantes ao consumidor final (vendas) aumentaram 5,9% em junho ante o mesmo mês de 2012, para 2,615 milhões de toneladas. Com isso, no primeiro semestre deste ano as vendas somaram 12,15 milhões de toneladas, um aumento de 3,6% sobre igual intervalo de 2012. O Estado de Mato Grosso concentrou o maior volume de entregas no primeiro semestre do ano - 2,59 milhões de toneladas, seguido de São Paulo, com 1,709 milhão, e do Paraná, com 1,653 milhão de toneladas.

Ao mesmo tempo em que as importações dispararam, a produção nacional de fertilizantes intermediários cresceu apenas 3,1% no primeiro semestre, para 4,627 milhões de toneladas.

Carlos Eduardo Florence, diretor-executivo da Associação dos Misturadores de Adubos (Ama-Brasil), estima que boa parte das antecipações de compras de fertilizantes

intermediários no exterior está ligada aos conhecidos gargalos logísticos do país. Com a pequena produção nacional, o progressivo aumento da demanda interna e a mesma capacidade dos portos, a tendência é que os problemas de logística piorem. De acordo com Florence, os navios que chegam com adubo importado em Paranaguá estão demorando cerca de 50 dias para descarregar o produto.

Na avaliação de Rafael Ribeiro de Lima Filho, analista de mercado da Scot Consultoria, a valorização da moeda americana frente ao real também já faz com que muitos consumidores finais antecipem as compras para evitar um impacto ainda maior dessa alta. A tendência é que os preços dos fertilizantes subam no curto e médio prazos diante da tradicional demanda neste segundo semestre e da valorização do dólar, observa Lima.

O produtor de grãos está mais capitalizado e pode antecipar as compras de insumos, lembra Lima. Ele afirma, porém, que os produtores que não conseguiram comercializar de forma vantajosa a safra diante dos menores preços da soja podem "segurar" os investimentos em insumos, "mas isso não deverá ser em grandes proporções" diante dos últimos anos de boa rentabilidade.

Ricardo Mendonça: Reaproximação – Folha de São Paulo, Opinião. 20/07/2013

O ex-presidente Lula notou uma tendência. No "New York Times", escreveu que o PT precisa recuperar as ligações com os movimentos sociais. Não será fácil. Tome como exemplo um segmento específico, combate ao trabalho escravo, área em que a sigla reinava sozinha.

Assim como na política de transferência de renda, o marco inicial dessa ação não é petista. Foi em 1995 que FHC reconheceu oficialmente o problema diante da ONU. Nascia o grupo de fiscalização móvel, eficiente instrumento para libertar trabalhadores.

Mas, tal qual o Bolsa Família, foi sob Lula que a política ganhou corpo e alcance. Já em 2003, o total de pessoas resgatadas saltou para 5.223, mais que o dobro do recorde tucano. Em oito anos, foram 33.287 libertações, seis vezes mais que nos oito anteriores.

Além das operações, foi criada a lista suja de exploradores, permitindo que a circulação de mercadorias de origem escravagista fosse exposta. Bancos cortaram empréstimos. Empresas passaram a romper com fornecedores delituosos. Até o ultracapitalista Walmart aderiu.

No fim da gestão Lula, porém, ocorreu uma tentativa de enfraquecimento da política. A Advocacia-Geral da União fez um acordo inédito para impedir um retorno da Cosan à lista suja. Maior produtora de álcool do país, ela era a estrela da campanha do etanol.

Em 2012, novo susto. Ativistas perceberam uma articulação no governo para ajudar a construtora MRV --estrela do Minha Casa, Minha Vida-- a sair do cadastro. Com uma liminar, a firma acabou não precisando do favor. Nesse caso, o Judiciário foi rápido.

Enquanto isso, em São Paulo, algo novo surgia. O deputado estadual Carlos Bezerra Jr. (PSDB) aprovou uma lei que cassa inscrição estadual de empresa flagrada. Na prática, inviabiliza sua atuação. Para os entendidos, é a ação mais ousada contra o escravismo hoje. E o fim da primazia petista no setor.

Para regulamentar a lei, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, aproveitou um evento do Judiciário e de ONGs sobre o tema. É significativo que, confirmada no programa, a ministra petista Maria do Rosário (Direitos Humanos) não tenha aparecido.

Esse tipo de inversão em área que o PT surfava sozinho não é inédito. Ambientalistas e militantes da causa indígena desembarcaram junto com Marina Silva. Entre os gays, Marta Suplicy foi trocada pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) como porta-voz. Sobre drogas, a nova referência é FHC.

Para a reaproximação que Lula quer, ativistas dirão que o petismo deve rever a opção pelo desenvolvimentismo a qualquer custo e certas alianças "pela governabilidade". Alguém acredita nisso?

RICARDO MENDONÇA é repórter da editoria "Poder"

Pragas 'importadas' ameaçam lavouras. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2013

Uma dezena de novas pragas tem reais chances de invadir as lavouras brasileiras nos próximos anos, segundo pesquisadores brasileiros.

Para proteger o campo do risco de um ataque que possa causar prejuízos econômicos ao país, a Embrapa e a SBDA (Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária) listaram os principais candidatos a invasões.

A relação, obtida com exclusividade pela *Folha*, revela ameaças a diferentes culturas e modelos de produção -da soja à mandioca, de exportadores à agricultura familiar.

A seleção das pragas mais ameaçadoras considerou a probabilidade de ocorrer a invasão e a relevância econômica das plantações que podem ser atacadas, segundo Marcelo Lopes da Silva, pesquisador da Embrapa que participou do estudo.

Ele ressalta, porém, que o número de pragas consideradas quarentenárias -com real possibilidade de entrar no país- é muito maior.

"O Brasil reconhece cerca de 600 pragas quarentenárias e não sabemos como combater a maioria delas. Precisamos de inteligência na defesa sanitária", afirma.

A preocupação de cientistas e do governo se intensificou após os estragos que uma praga exótica (trazida do exterior) provocou às lavouras do cerrado.

AMEAÇAS

O maior fluxo de turistas no Brasil, por causa de eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, a intensificação do comércio global e a abertura de novas rotas rodoviárias para países vizinhos também aumentam as chances de entrada de pragas, diz Evaldo Vilela, presidente da SBDA e professor da Universidade de Viçosa (MG).

"Identificamos 122 pragas só na região de fronteira que, se introduzidas, vão ameaçar a produção agrícola, aumentar os custos e o uso de defensivos, além de afetar a biodiversidade", afirma.

Aumentar a vigilância na fronteira e nos aeroportos é uma das ações preventivas que precisam ser reforçadas, segundo os pesquisadores.

"A quantidade de fiscais não atende à necessidade do Brasil", diz Cosam Coutinho, diretor do departamento de sanidade vegetal do Ministério da Agricultura. Segundo ele, haverá concurso neste ano para o cargo.

Há também ações de longo prazo. Identificadas as pragas que podem causar mais impactos à agricultura, a Embrapa se dedicará ao desenvolvimento, por meio de melhoramento genético, de sementes resistentes aos invasores, segundo Coutinho.

Silva, da Embrapa, aponta ainda a necessidade de maior agilidade na aprovação de agrotóxicos para novas pragas. "O sistema brasileiro é muito severo e demorado. É preciso ter estratégias especiais para emergências."

Para ser comercializado, um agrotóxico precisa ser aprovado pelo Ministério da Agricultura, que faz uma análise sobre a eficiência do produto no campo, pela Anvisa, que avalia os riscos para a saúde, e pelo Ibama (ambiente).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa